



III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina

(2014-2017)

Relatório intercalar de execução

2014

Março de 2015

Índice

I – Introdução	3
II – Nota metodológica	4
III – Implementação das áreas estratégicas de intervenção	5
Área Estratégica 1- Prevenir	5
Área Estratégica 2- Integrar	18
Área Estratégica 3- Formar	21
Área Estratégica 4 – Conhecer	25
Área Estratégica 5 – Cooperação	27
IV - Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa	31

I – Introdução

O III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017 (III PAPEMGF) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, de 31 de dezembro) faz parte integrante do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 -2017. Assume-se portanto o entendimento de que a MGF constitui uma forma de violência de género, expresso nomeadamente pela sua inclusão na Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

O III PAPEMGF, mantendo no essencial as principais linhas de ação do II, reforça a sua intervenção em algumas medidas que se revelam estruturais para o desafio da erradicação da MGF, nomeadamente a formação e a capacitação de profissionais que, de alguma forma, podem ter contacto com a problemática da MGF, tendo-se introduzido formalmente no presente Programa de Ação novos intervenientes e grupos-alvo de formação, como sejam os(as) técnicos(as) das CPCJ e o pessoal não docente dos estabelecimentos de todos os níveis de ensino. Prevê, ainda, a criação de um grupo multidisciplinar específico para replicação da formação, na sequência das ações desenvolvidas junto de profissionais de saúde bem como o exercício do seu papel de pontos focais nos territórios de risco onde desenvolvem a sua atividade profissional.

O III Programa de Ação propõe -se igualmente atuar de um modo mais incisivo nas comunidades em risco, mobilizando de forma mais intensa as organizações não-governamentais, em especial as associações de imigrantes. Nesse sentido, e para além das entidades que compunham o grupo de trabalho intersectorial responsável pela implementação do Programa anterior, vieram a integra-lo três associações de imigrantes representativas de comunidades de nacionais de Estados onde se pratica a MGF, designadamente a AMRT – Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude, a AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde e a Associação Balodiren.

Também a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Conselho Superior da Magistratura (CSM) estão agora representados neste grupo de trabalho, no qual intervêm, nos termos dos respetivos estatutos e no âmbito das suas atribuições.

II – Nota metodológica

A recolha de informação efetuada, com o objetivo de produzir o presente relatório relativo à execução do III PAEMGF, no ano de 2014, consistiu na análise dos dados disponibilizados pelas várias entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial responsável pela sua execução, às quais se solicitou o preenchimento, em quatro momentos (trimestralmente), de um instrumento de monitorização concebido para o efeito. Para além dos indicadores que constam do próprio quadro de Áreas Estratégicas e Medidas do III PPEMGF, solicitaram-se informações complementares, que permitissem a melhor compreensão das intervenções ocorridas no ano em apreço, designadamente, a indicação das entidades colaborantes nas ações, os públicos-alvo, o ponto de situação, os objetivos, os resultados alcançados e os impactos. Importa referir que nem todas as entidades tiveram o mesmo nível de participação neste exercício. Em alguns casos muito pontuais, entendeu-se que algumas atividades desenvolvidas e reportadas pelas entidades parceiras davam, substancialmente, resposta a medida(s) outra(s) que não apenas aquela que nos foi reportada, pelo que se procedeu à replicação sintética do seu descritivo na(s) mesma(s).

No período compreendido entre o dia 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2014, o grupo de trabalho intersectorial responsável pela implementação do III PPEMGF reuniu por 3 vezes, nos dias 29 de janeiro, 20 de maio e 25 de setembro.

Nessas reuniões fizeram-se pontos de situação relativamente à execução do PPEMGF, tendo por referência as planificações anuais propostas pelas entidades que compõem o grupo de trabalho com vista ao cumprimento das medidas do Programa de Ação calendarizadas para o ano de 2014.

As informações disponibilizadas, verbalmente, nas referidas reuniões pelas entidades que integram o grupo de trabalho, não foram consideradas para a elaboração do presente relatório sempre que não tiveram depois correspondência no reporte escrito.

Apresenta-se, seguidamente, a descrição sucinta e tendencialmente por ordem cronológica, das principais ações promovidas e reportadas pelas diferentes entidades, que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial responsável pela implementação do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017.

III - Implementação das áreas estratégicas de intervenção

Área Estratégica 1 – Prevenir

- **Medida 1 - Promover ações de sensibilização junto de profissionais que trabalham nas comunidades em risco, integrando a problemática da MGF nos seguintes temas: cidadania e igualdade de género, saúde sexual e reprodutiva, violência de género e boas práticas na eliminação da MGF.**

A UMAR, através do projeto *ISI – Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género*, financiado pela CIG, tipologia de intervenção 7.3 – Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais, coorganizou com a Morabeza, a Musqueba e a APF um evento comemorativo do Dia da Mulher Guineense (dia 30 de janeiro).

A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e a CIG promoveram, no dia 6 de fevereiro de 2014, uma sessão evocativa do Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina no Hospital Dr. Fernando Fonseca (Amadora-Sintra). O evento teve como conferência de enquadramento, duas intervenções de carácter formativo, particularmente dirigidas aos profissionais de saúde daquele hospital, bem como dos agrupamentos de centros de saúde dos concelhos de Amadora e Sintra, dinamizadas pela representante da DGS no grupo de trabalho e por duas profissionais de saúde daquele hospital, que, tendo frequentado a pós-graduação *“Saúde da Mulher – A Mutilação Genital Feminina”* realizada no último trimestre de 2013 (no âmbito de protocolo celebrado entre CIG, DGS, ESEL e APF), se encontram a desenvolver um projeto naquele equipamento hospitalar e naquele contexto sociogeográfico. Este evento contou com a presença do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde e da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

O Camões IP, em parceria com a ONGD P&D Factor, realizou igualmente uma sessão evocativa do Dia Internacional da Tolerância Zero à MGF, intitulada *“A MGF e outras práticas tradicionais nefastas na Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015”*, tendo nela participado, de uma forma mais ativa, a DGS e o ACIDI.

A UMAR, no âmbito do projeto *RiiiM – Rede Intervenção Integrada Multidisciplinar no combate à violência doméstica e ao tráfico de seres humanos*, financiado pela CIG, tipologia de intervenção 7.7 – Projetos de Intervenção no Combate à Violência de Género, realizou, conjuntamente com a UCC Nostra Pontinha e o Hospital Beatriz Ângelo, 2 ações de sensibilização sobre MGF para membros da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas. No âmbito desta rede, pretende-se criar um grupo de trabalho para intervir contra a MGF. Estiveram presentes 17 pessoas (todas do sexo feminino), pertencentes às seguintes entidades: UMAR, UCC Nostra Pontinha, Hospital Beatriz Ângelo, Câmara Municipal de Odivelas/Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania, Câmara Municipal de Odivelas/CLAI, APAV/GAV Odivelas, CPCJ Odivelas, Escola Secundária da Ramada, UCC Saúde a Seu Lado. Estas ações ocorreram nos dias 6 e 21 de fevereiro.

No dia 26 de fevereiro, a UMAR, no âmbito do projeto */S/*, com o apoio da APF, Morabeza e Musqueba, promoveu um evento na Escola Secundária da Baixa da Banheira, com atividades várias subordinadas ao tema da MGF. Esta iniciativa, intitulada “Mutilação Genital Feminina. Zero Tolerância”, contou com a presença e participação da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e da CIG. O projeto */S/* decorreu entre 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2014. Estiveram presentes no referido evento várias/os docentes, uma assistente social, uma funcionária da escola e discentes de diferentes turmas, num total de 103 pessoas. Esta atividade dá igualmente resposta às medidas 25 e 26.

No primeiro trimestre de 2014, a Associação Balodiren, distinguida pelo Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, promovido pela CIG, realizou uma sessão de sensibilização, tendo como público-alvo líderes religiosos e representantes de associações de imigrantes guineenses, com o objetivo de alertar sobre as consequências da prática da MGF particularmente na saúde das meninas e mulheres.

Nos dias 14 de maio e 3 de junho, a CIG promoveu uma ação de carácter formativo dirigida a técnicos/as do Projeto MISP - Mediação Intercultural em Serviços Públicos, coordenado pelo ACM – Alto Comissariado para as Migrações. A ação, designada “Igualdade de Género e Violência de Género”, incluiu um módulo específico sobre MGF. Participaram nesta iniciativa 21 pessoas (H-6 M-15), coordenadores/as e mediadores/as interculturais das Equipas Municipais de Mediação Intercultural das zonas de Amadora, Loures, Lisboa, Cascais e Setúbal. Esta atividade dá igualmente cumprimento à medida 23.

Tendo como objetivo a promoção de ações de sensibilização para profissionais que trabalham diretamente com comunidades no sentido de promover a aquisição de competências ao nível das áreas descritas nesta medida, realizou-se o evento "Juntos", com dois seminários temáticos sobre MGF e casamentos forçados, dinamizados pelos jovens do projeto. Nos seminários, que ocorreram nos dias 5 e 6 de junho de 2014, terão participado cerca de 70 pessoas. Tratou-se de uma iniciativa promovida pela APF em parceria com outras ONG (UMAR e Movimento Musqueba).

A CIG e a CNPCJR promoveram, conjuntamente, duas ações de sensibilização e formação dirigidas a membros de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens com competência nos territórios com maior prevalência da problemática na área da Grande Lisboa (Lisboa, Sintra, Amadora, Vila Franca e Odivelas). Estas ações ocorreram nos dias 17 e 19 de junho e contaram com a colaboração da DGS e UMAR, na qualidade de dinamizadoras, para além de outras. No dia 12 de dezembro teve lugar uma terceira ação de formação, tendo nela participado 36 formandos (33 do sexo feminino e 3 do sexo masculino).

A UMAR promoveu ainda, autonomamente, uma ação de sensibilização dirigida a membros da CPCJ de Almada, no dia 18 de junho. Estas atividades dão igualmente cumprimento à medida 31.

No âmbito do projeto *ISI - Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género* (POPH), a UMAR dinamizou ainda uma ação de sensibilização sobre Mutilação Genital Feminina, promovida pela Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas. Esta iniciativa dirigiu-se a profissionais das Unidades Funcionais de Saúde do Concelho de Odivelas e do Hospital Carolina Beatriz Ângelo e ocorreu no dia 18 de junho naquele concelho.

A Associação Balodiren promoveu, no dia 13 de setembro, na Amadora, um *workshop* sobre a MGF. Esta sessão contou com a presença de 25 pessoas da comunidade local e teve a colaboração da Câmara Municipal de Sintra.

No dia 25 de novembro, a APF promoveu, na estação do Cais do Sodré, um *flash mob* com a participação de cerca de 50 pessoas, que deverá ter atingido cerca de 200. Esta iniciativa realizou-se com outras ONG parceiras, designadamente, UMAR, Musqueba, Grupo de Teatro do

Oprimido e Associação Futebol de Rua. Esta atividade dá igualmente cumprimento às Medidas 2 e 13.

- **Medida 2 - Organizar estratégias comunitárias de combate à MGF através da criação de redes de ação em territórios de risco, constituídas por interlocutores locais privilegiados.**

A iniciativa promovida pela UMAR (dias 6 e 21 de fevereiro), no âmbito do projeto *RiiiM*, para membros da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas (vide Medida 1), responde também a esta medida.

A APF promoveu, no dia 30 de maio, uma ação de formação para jovens líderes, sobre MGF e casamentos forçados, dinamizada por jovens (30 jovens abrangidos em 2 sessões de formação).

No segundo trimestre de 2014, a UMAR criou um grupo de trabalho sobre MGF no seio da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas. Integram o referido grupo de trabalho a Câmara Municipal de Odivelas, a PSP de Loures, o Ministério Público de Loures, a CPCJ de Almada, a UCC Saúde a Seu Lado, a UCC Nostra Pontinha e a própria UMAR.

Entre junho e outubro, a UMAR dedicou-se à elaboração (para apresentação à CIG, para efeitos de financiamento), do projeto *IÁ-IÁ. Informar – Agir – Investir - Alterar* (um projeto de intervenção contra a MGF)¹.

A UMAR reportou ainda ter articulado, em contínuo desde junho a dezembro de 2014, com a CPCJ de Almada no sentido do Plano de Atividades da CPCJ integrar ações sobre MGF.

Com o objetivo de promover um trabalho concertado entre várias ONG e outras parcerias como escolas, centros de saúde e autarquias, teve lugar um evento comunitário mediado pela arte (evento “Juntos”). Durante os 2 dias do referido evento, contabilizaram-se cerca de 200 pessoas que participaram quer nos *workshops/seminários* temáticos quer nos eventos culturais (5 e 6 de junho de 2014). Este evento foi promovido pela APF em articulação com a UMAR e Associação Musqueba.

¹ Este projeto encontra-se em implementação, sendo financiado por verbas dos jogos sociais afetas à área da igualdade.

A APF organizou ainda, durante o mês de junho, ações de sensibilização/formação para jovens voluntários pelo fim da MGF, capacitando-os para as ações de campanha pelo fim da prática – 19 jovens formados/as (5 rapazes e 14 raparigas).

No dia 25 de novembro, a APF promoveu, na estação do Cais do Sodré, um *flash mob* com a participação de cerca de 50 pessoas que deverá ter atingido cerca de 200. Esta iniciativa realizou-se com outras ONG parceiras, designadamente, UMAR, Musqueba, Grupo de Teatro do Oprimido e Associação Futebol de Rua. A iniciativa teve como objetivos promover ações para um trabalho concertado entre várias ONG e promover ações comunitárias direcionadas a populações migrantes em cujo país de origem a prática existe. Esta atividade dá igualmente cumprimento às medidas 1 e 13.

- **Medida 3 - Incentivar e apoiar as organizações não-governamentais, designadamente associações de imigrantes no desenvolvimento de atividades que contribuam para a prevenção e a eliminação de práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.**

A APF promoveu duas reuniões (17 de março e 29 de abril) com ONG que trabalham diretamente a MGF, incluindo de imigrantes, com vista ao desenvolvimento de um trabalho articulado sobre a problemática. Estiveram presentes nas reuniões representantes da APF, Movimento Musqueba, P&D Factor e UMAR.

Entre os dias 24 de junho e 4 de agosto de 2014, procedeu-se à abertura de candidaturas ao Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”. No referido período, a CIG e o ACM incentivaram associações de imigrantes no sentido de elaborarem propostas de projetos e de apresentarem candidaturas ao mesmo (o ACM fê-lo através do GATAI – Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes), tendo sido prestadas informações e esclarecimentos.

A entrega dos prémios ocorreu no dia 12 de novembro em sessão pública realizada no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante de Lisboa. Foram distinguidas as seguintes três associações:

1º prémio – Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa / projeto “Jovens com(n) Tradição” (contexto de intervenção: Vale de Amoreira, Baixa da Banheira);

2º prémio – Movimento Musqueba / “Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina” (contexto de intervenção: Damaia, Amadora);

3º prémio – AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária Desenvolvimento Social e de Saúde / “Avo(zes) contra a MGF (contexto de intervenção: Amadora, Sintra).

Estes projetos, financiados com um total de 30 000,00 €, irão ser concretizados durante todo o ano de 2015.

No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2014 (PAAI 2014), o ACM, I.P. apoiou financeiramente a Associação Balodiren, com o montante de 7.046,88€, para o Projeto “Prevenção Contra a Mutilação Genital Feminina”, enquadrado na alínea m) Iniciativas desenvolvidas no âmbito do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, do PAAI 2014; e a Associação dos Guineenses do Porto, com o montante de 3.802,79€, para o Projeto “Educar para a Integração em Comunidade”. No âmbito deste projeto apoia-se a atividade “II Edição da Palestra sobre a Mutilação Genital Feminina”, enquadrada igualmente na alínea m) Iniciativas desenvolvidas no âmbito do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, do PAAI 2014.

- **Medida 4 - Elaborar e disseminar materiais informativos e formativos sobre a MGF.**

Durante o ano de 2014, a CIG manteve a distribuição dos folhetos sobre MGF “Não à Excisão” (em português e em crioulo da Guiné), junto das entidades que o solicitam, bem como procedeu à sua disseminação em eventos específicos sobre Violência de Género e/ou MGF, bem como em outros eventos dirigidos a grupos-alvo considerados prioritários.

A CIG encontra-se a preparar a tradução e adaptação de um manual sobre MGF intitulado “*MGF – Guide à l’usage des professions concernées*”, da autoria da *GAMS Belgique (Groupe pour l’abolition des mutilations sexuelles)*. Este manual facultará informação útil aos vários profissionais que poderão ter contacto com a MGF, bem como assume ainda o carácter de recurso técnico-pedagógico, na medida em que disponibiliza propostas de exercícios, métodos e técnicos específicos para a atuação dos diversos profissionais.

A UMAR procedeu igualmente à disseminação de materiais, em particular dos folhetos “Não à Excisão” em português e em crioulo, junto das comunidades, tendo ainda elaborado e disseminado materiais informativos próprios. No âmbito da intervenção promovida pela UMAR na escola secundária da Baixa da Banheira (Moita), incentivou-se a realização de vários trabalhos sobre MGF, incluindo 3 vídeos, 2 deles com testemunhos de jovens guineenses; os vídeos –

feitos por discentes sob orientação/supervisão dos/as docentes - constam do DVD final do projeto *ISI – Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género*. Foram produzidos 1000 DVD. O livro final do projeto *ISI* aborda igualmente a temática da MGF/excisão tendo sido produzidos 1000 exemplares.

Ainda no âmbito do projeto *ISI* foram produzidos materiais que pretendem chamar a atenção da sociedade em geral para a violência de género exercida contra as mulheres, e em particular para a MGF e outras práticas tradicionais nefastas.

Por ocasião do evento “Juntos”, ocorrido nos dias 5 e 6 de junho (citado nas Medidas 1 e 2), a APF procedeu à disseminação de materiais sobre MGF, junto das comunidades bem como de profissionais, em particular o folheto sobre MGF em português e crioulo e o folheto sobre MGF do projeto da APF REPLACE2, bem como material informativo produzido pelos estudos desenvolvidos pela APF no âmbito de outros projetos.

Ao longo do ano de 2014, a DGS disseminou materiais em ações de formação em Saúde Reprodutiva e no Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil.

- **Medida 5 - Fomentar a inclusão do tema da MGF nos referenciais de educação para a saúde, educação para o desenvolvimento, cidadania e igualdade de género.**

O Camões, ICL procedeu à divulgação (com o apoio da Embaixada de Portugal em Bissau) do folheto “Diga Não à Excisão”, na sua versão em crioulo (com uma adenda com a referência às entidades a contactar na Guiné-Bissau), por ONGD/instituições que trabalham a temática na Guiné-Bissau, designadamente junto do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas contra a Mulher e a Criança, da Associação dos Amigos da Criança e da Rede Nacional de Luta contra a Violência no Género e na Criança.

Segundo informação da DGE, o Referencial de Promoção e Educação para a Saúde, intitulado “Afetos e Educação para a Sexualidade”, encontra-se em fase de conclusão. A DGS tem participado na elaboração do referido referencial, promovendo a introdução do tema da MGF. Aguarda-se a publicação dos referidos referenciais.

Em outubro de 2014, a DGS procedeu à revisão do tema da MGF no “Manual de violência interpessoal – abordagem e diagnóstico – Ação de saúde sobre género, violência e ciclo de vida” produzido pela DGS.

- **Medida 6 - Promover o desenvolvimento, nos níveis de ensino básico e secundário, de projetos sobre a MGF.**

No âmbito da intervenção na escola secundária da Baixa da Banheira (Moita), prosseguida pela UMAR no âmbito do projeto *ISI - Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género* (POPH/QREN), incentivou-se e apoiou-se a realização de vários trabalhos sobre MGF, incluindo 3 vídeos, 2 deles com testemunhos de jovens guineenses; os vídeos serão divulgados no DVD final do projeto. Esta atividade dá igualmente resposta à medida 1.

A UMAR participou numa aula da cadeira de "Práticas em Múltiplos e Reprodução I" do Mestrado em Práticas Tipográficas e Editoriais Contemporâneas da FBAUL, com uma intervenção sobre violência de género, incidindo particularmente sobre MGF. Discentes irão realizar um trabalho prático de impressão de cartazes em serigrafia no âmbito de uma campanha de intervenção social. Espera-se que pelo menos dois projetos venham a ser desenvolvidos em 2015.

De assinalar que a execução desta medida está calendarizada apenas para 2015.

- **Medida 7 - Fomentar a inclusão do tema das práticas tradicionais nocivas, designadamente a MGF, nos curricula académicos dos cursos de licenciatura e pós-graduação, nomeadamente de saúde, ciências humanas, sociais e criminais.**

Foi assinado, no dia 22 de julho, protocolo entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, com vista à realização do 2º curso de pós-graduação sobre MGF, com início previsto para o último trimestre de 2014.

Assinou-se ainda, no dia 30 de julho, um protocolo entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, igualmente com vista à realização de um curso de pós-graduação sobre MGF.

Desenvolveram-se atividades preparatórias à realização de dois cursos de pós-graduação sobre "Saúde Sexual e Reprodutiva: Mutilação Genital Feminina", na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (2ª edição) e na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, dirigidos a cerca de 60 profissionais de saúde, médicos/as e enfermeiros/as em atividade nalguns dos equipamentos de saúde da área da Grande Lisboa e do distrito de Setúbal, em particular nas áreas geográficas de risco. Estes cursos realizar-se-ão ao abrigo de protocolos assinados entre aquelas instituições de ensino superior e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, a

Direção Geral de Saúde e a Associação para o Planeamento da Família, conforme citado *supra* e visam capacitar aqueles/as profissionais para, nos contextos da sua intervenção junto das comunidades potencialmente em risco, assumirem um papel educativo na prevenção desta prática e/ou na prevenção de complicações decorrentes da MGF. O início de ambos os cursos foi agendado para a primeira quinzena de Janeiro². Estas atividades dão ainda cumprimento à medida 21.

No dia 27 de novembro de 2014, a CIG e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, celebraram protocolo de cooperação, no âmbito do qual esta última assume o compromisso de desenvolver atividades curriculares subordinadas às temáticas da violência de género, incluindo mutilação genital feminina.

- **Medida 8 - Divulgar informação sobre a problemática da MGF enquanto violação dos Direitos Humanos de mulheres e meninas, nos meios de comunicação social.**

O Camões, ICL procedeu à publicação de um artigo no Encarte Camões do Jornal de Letras sobre a temática “Direitos Humanos/Práticas Nefastas/MGF na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015” (edição de 6 de março), com divulgação em 36 países (Europa, Ásia, África e América).

A DGS reportou a participação num trabalho publicado no Jornal Sol sobre MGF, no mês de julho.

- **Medida 10 - Produzir uma circular, dirigida às CPCJ, com orientações técnicas sobre a forma como os técnicos (as) devem atuar para prevenir a prática de MGF nos territórios onde esta problemática está referenciada.**

A Circular “Colaborar ativamente na prevenção e eliminação da MGF” foi produzida durante o 1º semestre e concluída em agosto de 2014, tendo vindo a assumir a forma de Manual de Procedimentos, o qual veio a ser distribuído às 308 CPCJ do país no dia 10 de outubro de 2014, por parte da CNPCJR. Está em elaboração pelo Gabinete de Comunicação do ISS uma brochura do mesmo.

² As pós-graduações estão em curso à data deste relatório.

- **Medida 11 - Enriquecimento do módulo “saúde, imigração e diversidade” da Bolsa de Formadores do ACIDI com informação sobre a MGF.**

O ACM realizou reuniões com a DGS tendo ficado estabelecida a integração de um conjunto de conteúdos no módulo “saúde, imigração e diversidade”, com informações especificamente acordadas em torno da MGF.

- **Medida 13 - Realizar e participar em seminários sobre a MGF.**

Realizou-se, no dia 12 de fevereiro de 2014, no Auditório do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante de Lisboa, a apresentação do Estudo “As práticas vaginais na província de Tete, em Moçambique.” A iniciativa contou com o apoio do ACIDI e a Sessão de Abertura contou com a presença da Sra. Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural. A apresentação do Estudo foi feita pela Investigadora, Professora Doutora Esmeralda Mariano, docente do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique).

No dia 19 de fevereiro, a CIG, a DGS e a Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural participaram ativamente num Seminário promovido pela Aguiense - Associação Guineense de Solidariedade Social, e Questão de Igualdade - Associação para a Inovação Social, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com o título “Prevenir e Combater a Mutilação Genital Feminina”, no âmbito do projeto *No Lanta*, financiado pelo POPH, tipologia de Intervenção 7.7 – Projetos de Intervenção no Combate à Violência de Género.

O evento realizado no dia 26 de fevereiro, pela UMAR, na Escola Secundária da Baixa da Banheira (vide Medida 1), executa também esta medida.

A UMAR realizou ainda no dia 10 de maio o encontro final do projeto *ISI - Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género* que juntou os vários públicos-alvo do projeto (discentes, docentes e utentes das casas de abrigo na UMAR). Neste evento abordou-se o tema da MGF. Participaram: utentes das casas de abrigo, docentes, discentes, voluntárias e técnicas da UMAR da área da violência doméstica, num total de 61 pessoas.

A AJPAS participou em seminário organizado pelo ACES da Amadora dirigido a médicos/as, enfermeiras/os e psicólogos/as daquele agrupamento de centros de saúde. Esta atividade ocorreu no dia 26 de maio de 2014.

Contribuiu ainda para a execução desta medida o evento comunitário mediado pela arte (evento "Juntos"), promovido pela APF (Medidas 1 e 2) e organizado e dinamizado por jovens, com espaço para a realização de debate/seminário. Participaram neste evento, realizado nos dias 5 e 6 de junho de 2014, cerca de 150 pessoas membros de comunidades afetadas pela prática da MGF. Esta iniciativa cumpriu o objetivo de promover o debate e a participação de profissionais e membros da comunidade em eventos/seminários. A UMAR colaborou no painel "As Práticas Tradicionais Nefastas em Portugal", realizado no âmbito do referido evento.

A CIG participou no evento "*Girl Summit 2014 – A Future free from FGM and child and Forced Marriage*", onde apresentou comunicação sobre o Grupo de Trabalho Intersectorial responsável pela implementação do Programa de Ação, enquanto boa-prática reconhecida pelo Instituto Europeu do Género. Este evento foi promovido pelo Governo Britânico e UNICEF, no dia 22 de julho de 2014, em Londres.

A DGS apresentou, em outubro, comunicação intitulada "Mutilação Genital Feminina: Um olhar sobre a realidade" no 4º Encontro da UCC Seixal.

No dia 19 de novembro de 2014, a UMAR participou na Mesa Redonda do Seminário «Convenção de Istambul: um compromisso» realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (neste Seminário estiveram presentes 5 representantes da UMAR). Este Seminário foi promovido pela CIG, no âmbito das III Jornadas Nacionais Contra a Violência Doméstica e de Género, conforme informação *infra*.

Nos dias 27 e 28 de novembro de 2014, a UMAR participou na Conferência Internacional "A Convenção de Istambul e os Crimes Sexuais" realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (presente 1 representante da UMAR).

No dia 5 de dezembro a UMAR fez-se representar na sessão sobre MGF, incluída no seminário "Violência Doméstica e de Género e Mutilação Genital Feminina", organizada pelo CEJ.

A SEAPI e a CIG promoveram, entre os dias 4 de novembro e 5 de dezembro de 2014, as III Jornadas Nacionais Contra a Violência Doméstica e de Género, no âmbito das quais se realizou

o Seminário «Convenção de Istambul: um compromisso», que se debruçou sobre todas as formas de violência contra as mulheres previstas na Convenção de Istambul. Neste Seminário, que teve lugar na Faculdade de Direito de Lisboa, houve um painel dedicado à problemática específica da MGF, com a participação ativa, entre outros/as, do Imã da Mesquita de Lisboa.

- **Medida 14 - Introduzir o tema da MGF em comunicações proferidas em eventos nacionais e internacionais no âmbito das atribuições e competências de todas as entidades.**

A CIG abordou o tema da MGF, na Reunião do Grupo de Alto Nível de Igualdade de Género da Comissão Europeia, ocorrida nos dias 6 e 7 fevereiro, em Atenas.

Em março de 2014, a SEAPI introduziu o tema da MGF na reunião da 58ª Sessão da Comissão do Estatuto das Mulheres, das Nações Unidas, (CSW), tendo ainda participado em evento paralelo, à margem da CSW, organizado por Itália e Burkina-Faso sobre MGF, onde apresentou as boas-práticas em Portugal.

A DGS introduziu o tema da MGF na comunicação "*Abortion in Europe – The migrants share*", apresentada no *13th European Society of Contraception Congress*, a 30 de maio.

Algumas das atividades referenciadas na medida anterior (Medida 13) dão igualmente cumprimento a esta medida, designadamente, o encontro final do projeto *ISI - Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género*, promovido pela UMAR no dia 10 de maio; a participação da UMAR no painel "As Práticas Tradicionais Nefastas em Portugal" realizado no âmbito do encontro "Juntos na partilha de culturas e causas" organizado pela APF (5 de junho de 2014), bem como a participação da CIG no evento "*Girl Summit 2014 – A Future free from FGM and child and Forced Marriage*", onde apresentou comunicação sobre o Grupo de Trabalho responsável pela implementação do Programa de Ação; e a participação da UMAR na Mesa Redonda do Seminário «Convenção de Istambul: um compromisso». A EPJ - Escola da Polícia Judiciária, proferiu igualmente uma comunicação neste mesmo Seminário.

- **Medida 15 - Estabelecer contactos com líderes religiosos e interlocutores privilegiados das comunidades imigrantes, com vista à prevenção e eliminação da MGF.**

A UMAR estabeleceu contactos com mulheres pertencentes às comunidades praticantes residentes no Monte de Caparica, através de uma interlocutora privilegiada, aí residente, de origem guineense (Guiné-Bissau); foram igualmente estabelecidos contactos com duas organizações: Associação de Filhos e Amigos de Bula na Diáspora e Movimento Musqueba.

A CIG e o ACM colaboraram na realização e dinamização de um *workshop* sobre MGF, promovido pela Associação Balodiren, dirigido às pessoas das comunidades de risco e líderes locais. Esta iniciativa teve lugar na Junta de Freguesia de Aqualva Mira-Sintra, no dia 3 de dezembro de 2014. Estiveram presentes 10 pessoas, com destaque para o presidente da referida Junta de Freguesia que se manifestou sensibilizado para a problemática. O ACM divulgou esta iniciativa pelo GATAI – Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes.

No dia 21 de novembro a Associação Balodiren organizou, na Amadora, uma tertúlia em torno do tema "Migrações e Desenvolvimento", uma iniciativa organizada com o apoio do programa "Migrações e Desenvolvimento" da INDE - Intercooperação e Desenvolvimento. A presente tertúlia abordou as inter-relações entre dinâmicas migratórias e processos de desenvolvimento nos países de origem e de destino, tendo sido abordada a problemática da MGF. Esta atividade contou com a colaboração da OIM e dirigiu-se a associações de emigrantes existentes no território e interlocutores privilegiados, designadamente guineenses.

Tendo em vista contribuir para o cumprimento desta medida realizou-se, no dia 29 de outubro, uma reunião entre a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, a CIG e o Imã da Mesquita de Lisboa, com o objetivo de definir formas conjuntas de trabalho sobre a matéria da MGF.

O Imã da Mesquita de Lisboa proferiu uma comunicação no Seminário «Convenção de Istambul: um compromisso» realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, dia 19 de novembro de 2014, no âmbito das III Jornadas Nacionais Contra a Violência Doméstica e de Género, promovido pela SEAPI e CIG.

Área Estratégica 2 – Integrar

- **Medida 16 - Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres imigrantes, particularmente as oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.**

Introduziu-se a MGF no regulamento do PAAI – Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2014, como uma das várias tipologias de intervenção, designada por “Iniciativas desenvolvidas no âmbito do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina.” Um dos projetos que veio a ser beneficiado (divulgação ocorrida em setembro) é dedicado exclusivamente à problemática da MGF.

Contribuem também para a execução desta medida outros programas do ACM, como sejam o PEI - Projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante, no âmbito do qual participaram mulheres da Guiné-Bissau, nomeadamente, na Associação Cultural O Moinho da Juventude, e o Programa Mentores que se encontra a apoiar mulheres guineenses para o desenvolvimento de um projeto de criação de uma associação que tem como objetivos sensibilizar a sociedade guineense para a inclusão de crianças e jovens deficientes.

- **Medida 17 - Intervir em situações de MGF, através das linhas telefónicas de apoio/emergência nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.**

As linhas de apoio/emergência nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência funcionam em permanência e encontram-se preparadas para intervir em situações de MGF. No período em apreço, não foi referenciado qualquer caso através destas linhas.

A DGS procedeu à apresentação do tema da MGF na formação para a linha Saúde 24 – “Como registar casos na PDS” destinada a todos os profissionais³.

³ Participaram 53 mulheres e 8 homens.

A APF reportou como atividades que dão cumprimento a esta medida, o funcionamento da Linha Sexualidade bem como a divulgação realizada através do *site* do projeto *Create Youth Network* de mecanismos de suporte a meninas em risco de MGF e Casamentos Forçados, bem como ainda a dinamização do *Facebook* e *Twitter* do projeto *Create Youth Network*.

A CIG promoveu uma ação de formação dirigida a técnicos/as da Linha de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e da Linha SOS Imigrante, nos dias 4, 10 e 17 de novembro. A DGS, APF e UMAR colaboraram nesta iniciativa, designadamente na dinamização de módulos.

- **Medida 19 - Apoiar a Rede de Estudantes da CPLP, temporariamente residentes em Portugal.**

No dia 23 de Abril a CIG reuniu com a AEGBL, com o propósito de acompanhar e apoiar aquela associação, em cumprimento do protocolo estabelecido entre as duas partes. A CIG propôs e discutiu algumas atividades, disponibilizou à associação materiais sobre MGF e solicitou uma planificação de atividades para 2014. Dando resposta a necessidades expressas pela AEGBL, a CIG intercedeu junto do ACM, com vista ao reconhecimento da associação e subsequente apoio por parte do GATAI.

- **Medida 20 - Atribuir bianualmente o Prémio MGF — Mudar aGora o Futuro.**

Foi aberto, pela CIG, o concurso para candidaturas ao Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, de 24 de junho a 4 de agosto de 2014, tendo-se candidatado 6 associações de imigrantes/projetos. A CIG e o ACM sensibilizaram as associações potencialmente candidatas e prestaram informações sobre o prémio e o seu regulamento. O júri do concurso foi constituído por representantes da CIG, DGS e ACM.

A cerimónia de entrega do Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, ocorreu no dia 12 de novembro em sessão pública realizada no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante de Lisboa. Foram distinguidos os seguintes projetos:

1º “Jovens com(n) Tradição” – Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa (contexto de intervenção: Vale de Amoreira, Baixa da Banheira);

2º “Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina” – Movimento Musqueba (contexto de intervenção: Damaia, Amadora);

3º “Avo(zes) contra a MGF” – AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde (contexto de intervenção: Amadora, Sintra).

Os projetos distinguidos, financiados com um total de 30 000,00 €, irão ser desenvolvidos durante todo o ano de 2015. Esta iniciativa contribuiu igualmente para a execução da medida 3.

Área Estratégica 3 – Formar

- **Medida 21 - Realizar ações de formação para profissionais de saúde.**

No primeiro semestre de 2014, a DGS introduziu o tema da MGF em 12 ações de formação sobre o Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil e apresentação da PDS, destinadas a interlocutores/as locais dos serviços de obstetrícia e pediatria dos hospitais públicos e privados e ACES das Administrações Regionais de Saúde (3 ações em Lisboa, 4 no Porto, 3 no Centro, 1 no Algarve e 1 no Alentejo).

A DGS participou ainda em formação promovida pelo ACES da Amadora, destinada a 40 profissionais de saúde, no dia 26 de maio. Introduziu ainda a temática da MGF e apresentou a PDS numa ação de formação de profissionais de enfermagem em formação de especialidade na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, no dia 11 de junho.

Foram assinados protocolos entre a CIG, a DGS e a APF, por um lado, e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa e a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, por outro, com vista à realização de cursos de pós-graduação “Saúde da Mulher – A Mutilação Genital Feminina”. Estes cursos dão igualmente resposta à medida 7.

A APF procedeu à divulgação do curso *e-learning* www.uefgm.eu, como ferramenta essencial na transmissão de conhecimento acerca da MGF junto de profissionais de saúde e de asilo. Esta iniciativa contribuiu igualmente para a execução da medida 39.

- **Medida 22 - Criação de um grupo multidisciplinar para replicação da formação, na sequência das ações desenvolvidas junto dos profissionais de saúde**

A DGS reportou a realização de uma reunião com a presença dos/as formandos/as do I curso de formação pós graduada (ESEL) para constituição do grupo multidisciplinar.

- **Medida 23 - Realizar ações de formação para profissionais de mediação sociocultural, técnicos/as do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e técnicos/as dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes.**

No período em apreço, a CIG promoveu uma ação de carácter formativo dirigida a técnicos/as do Projeto MISP - Mediação Intercultural em Serviços Públicos, coordenado pelo ACM – Alto Comissariado para as Migrações. A ação, designada “Igualdade de Género e Violência de Género”, ocorreu nos dias 14 de maio e 3 de junho e incluiu um módulo específico sobre MGF. Participaram nesta iniciativa 21 pessoas (H-6 M-15), coordenadores/as e mediadores/as interculturais das Equipas Municipais de Mediação Intercultural das zonas de Amadora, Loures, Lisboa, Cascais e Setúbal. A ação foi avaliada com “Muito Bom”. Esta atividade dá igualmente cumprimento à medida 1.

- **Medida 24 - Realizar ações de formação para agentes de cooperação.**

Esta medida, prevista para toda a vigência do Programa, não teve execução em 2014.

- **Medida 25 - Realizar ações de formação para docentes de todos os níveis de ensino e formação técnico-profissionais de nível não superior, em particular docentes e coordenadores(as) da área temática da educação para a saúde.**

No dia 26 de fevereiro, a UMAR, no âmbito do projeto *ISI*, com o apoio da APF, Morabeza e Musqueba, promoveu um evento na Escola Secundária da Baixa da Banheira, com atividades várias subordinadas ao tema da MGF. Esta iniciativa, intitulada “Mutilação Genital Feminina. Zero Tolerância”, contou com a presença e participação da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e da CIG. No âmbito do projeto *ISI*, a UMAR tem vindo a trabalhar e a envolver toda a comunidade escolar e muito diretamente os/as docentes na mobilização dos/as alunos daquela escola, sediada num território de risco no que concerne à prática da MGF, para a elaboração de trabalhos sobre a temática. O projeto *ISI* decorreu entre 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2014. Estiveram presentes no referido evento várias/os docentes, uma assistente social, uma funcionária da escola e discentes de diferentes turmas, abrangendo, no total, 103 pessoas. Esta atividade dá igualmente resposta às medidas 1 e 26.

- **Medida 26 - Realizar ações de formação para pessoal não docente de todos os níveis de ensino.**

Conforme citado *supra*, no dia 26 de fevereiro, a UMAR, no âmbito do projeto *ISI*, com o apoio da APF, Morabeza e Musqueba, promoveu um evento na Escola Secundária da Baixa da Banheira, com atividades várias subordinadas ao tema da MGF. Esta atividade dá igualmente resposta às medidas 1 e 25.

- **Medida 27 - Realizar ações de formação para magistrados.**

No dia 5 de dezembro de 2014, teve lugar no Centro de Estudos Judiciários, em representação do CSM, uma ação de formação, intitulada “Violência Doméstica e de Género e Mutilação Genital Feminina”. Esta ação inseriu-se no plano de formação contínua do CEJ 2014/2015 e, para além do público presencial composto por juizes e magistrados do Ministério Público, foi ainda transmitida em direto para diversos tribunais do País, para visualização daqueles que não se pudessem deslocar ao CEJ. Esta iniciativa contou com a colaboração da DGS e da UMAR.

- **Medida 29 - Realizar ações de formação para profissionais de comunicação social.**

A APF preparou uma ação de formação/*workshop* para jornalistas sobre MGF, que terá lugar em 2015, em articulação com o CENJOR.

- **Medida 30 - Realizar ações de formação para as equipas das linhas telefónicas de apoio nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.**

A CIG realizou, nos dias 4, 10 e 17 de novembro ação de formação sobre MGF destinada aos/às técnicos/as da linha verde - Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica e da Linha SOS Racismo. A DGS, APF e UMAR participaram na dinamização de alguns módulos. Esta ação contou ainda com a presença de técnicos/as dos vários núcleos da CIG.

- **Medida 31 - Realizar ações de formação para elementos das CPCJ.**

A CIG e a CNPCJR promoveram, conjuntamente, no primeiro semestre de 2014, duas ações de formação-piloto dirigidas a membros de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens com competência nos territórios com maior prevalência da problemática na área da Grande Lisboa (Lisboa, Sintra, Amadora, Vila Franca e Odivelas). Estas ações ocorreram nos dias 17 e 19 de

junho. Realizou-se uma terceira ação de formação a 12 de dezembro, aberta a todas as CPCJ da Área Metropolitana de Lisboa, na qual estiveram presentes 36 formandos/as (M-3, H-33). O modelo de formação, aplicado no 1º semestre, foi aperfeiçoado com sugestões dos/as formadores/as convidados/as.

Esta última ação de formação incluiu uma mesa redonda com as três associações que foram premiadas no âmbito do concurso “Contra a MGF – Mudar Agora o Futuro” e contou com a presença de Fatumata Baldé, presidente do Comité de Luta pelo Abandono de Práticas Nefastas à saúde humana da Guiné-Bissau, que muito contribuiu para a qualidade desta ação de formação, reconhecida por todos os presentes.

Estas ações contaram com a colaboração da DGS, APF e UMAR.

A UMAR promoveu ainda, autonomamente, uma ação de sensibilização dirigida a membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada, no dia 18 de junho.

Estas atividades dão igualmente cumprimento à medida 1.

Área Estratégica 4 – Conhecer

- **Medida 32 - Acompanhar a realização e garantir a divulgação do estudo de prevalência sobre MGF em Portugal.**

Desenvolveu-se em 2014 (com início a 1 de março de 2014) o estudo “Mutilação Genital Feminina em Portugal: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação”, elaborado pelo CESNOVA, no âmbito de protocolo estabelecido entre a CIG e a FCT. Em agosto de 2014, o CESNOVA apresentou à CIG e à FCT um relatório de progresso do estudo, relativo aos primeiros 6 meses da sua execução.

A UMAR e a DGS deram os contributos solicitados para este estudo.

A DGS informou ter ainda participado, em outubro de 2014, em reunião internacional de acompanhamento à realização do estudo de prevalência de crianças em risco de MGF promovido pelo EIGE e executado pela *Yellow-window*.

- **Medida 33 - Sinalizar o número de casos de MGF em meninas, identificados no âmbito da atividade da CNPCJR.**

A execução desta medida não ficou concluída em 2014. Embora a CNPCJR tenha feito diligências junto do Instituto de Informática do ISS, que gere a plataforma informática que regista a atividade das CPCJ, no sentido da criação de uma subcategoria “MGF” dentro da categoria “maus tratos”, não foi possível proceder a essa criação durante o ano de 2014⁴.

- **Medida 34 - Monitorização de número de casos de MGF em meninas, raparigas e mulheres.**

Passaram a estar disponíveis desde março de 2014 dados sobre MGF registados na Plataforma de Dados de Saúde, introduzidos por Unidades de Saúde que já realizaram formação nesta temática. Segundo a DGS, foram registados dados de MGF tipo I e II. Nas várias atividades

⁴ A partir do passado dia 20 de Fevereiro de 2015 a plataforma informática passou a integrar a subcategoria “Mutilação Genital Feminina”, dentro da categoria “maus-tratos”, permitindo a sinalização dos casos conhecidos.

formativas que a DGS tem vindo a realizar, tanto nas ações específicas sobre MGF, como nas ações sobre o Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil, os profissionais têm sido sensibilizados e incentivados a introduzirem os dados na referida plataforma.

Ao longo do ano de 2014, a DGS disponibilizou dados recolhidos na Plataforma sempre que solicitados, tendo sido registados, durante o ano, 40 casos.

De assinalar que a execução desta medida está calendarizada apenas para 2015.

- **Medida 35 - Manter atualizada a informação *online* e hiperligações sobre MGF.**

O *site* da CNPCJR passou a publicar informação sobre Mutilação Genital Feminina. O Manual de Procedimentos para as CPCJ está no *site* da CNPCJR, acessível ao público em geral.

A DGS atualizou a informação sobre MGF disponível na página www.saudereprodutiva.dgs.pt.

A UMAR tem atualizado informação e hiperligações sobre MGF em <http://www.umarfeminismos.org/index.php/mutilacao-genital-feminina> e <https://www.facebook.com/ISlcontraaViolenciadeGenero>.

O Camões ICL recolheu e disponibilizou no *site* do Camões, IP informação sobre MGF – o *site* tem uma média de 46 000 visualizações/mês.

A APF divulgou e atualizou informação nos *websites* de que dispõe: *website* da APF, *website* do projeto REPLACE 2 e *website* do Projeto *Create Youth Network*, bem como ainda nas redes sociais e *newsletters* dos referidos projetos.

A CIG tem vindo a atualizar informação no seu *site*.

- **Medida 36 - Recolher e fornecer informação atualizada sobre áreas geográficas onde se justifique reforçar campanhas de prevenção social sobre a MGF.**

O MAI, mais concretamente, o SEF, disponibiliza informação atualizada sobre a população estrangeira residente em Portugal (mapeamento). Em junho de 2014 publicou relatório anual, com dados relativos a 2013.

Área Estratégica 5 – Cooperação

- Medida 37 - Contribuir para a integração das questões da MGF junto de organizações nacionais, europeias e internacionais.

Em março de 2014, a SEAPI introduziu o tema da MGF na reunião da 58ª Sessão da Comissão do Estatuto da Mulher, das Nações Unidas (CSW), tendo ainda participado em evento paralelo, à margem da CSW, organizado por Itália e Burkina-Faso sobre MGF, onde apresentou as boas-práticas em Portugal.

O Camões ICL deu contributos, sobre a MGF, para a reunião de preparação do *Open Working Group* (NU) para os novos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), nos dias 24 e 25 de abril.

Em março e abril, e no âmbito da *European Campaign END FGM*, a APF solicitou aos/as candidatos/as ao Parlamento Europeu que assinassem um compromisso para que pusessem em prática as recomendações da EU na sua comunicação pelo fim da MGF. Contactaram-se todos os partidos e alguns candidatos diretamente, tendo-se conseguido um total de 9 assinaturas e registos fotográficos.

A APF procedeu a envio de comunicado para a Delegação Portuguesa presente no encontro de alto nível do Plano Conjunto EU-Africa para que a MGF constasse do novo plano a ser discutido.

A APF promoveu ainda ações de *advocacy* e comunicação concertadas com a Campanha Europeia (na qual se tem implicado), no sentido de trabalhar e formar profissionais e decisores políticos na área da MGF, destacando a pintura de um Mural alusivo ao Tema END FGM na Praça do Intendente como parte inicial de uma ação de *advocacy* com parlamentares europeus, a continuar durante 2014 e 2015. A APF tomou ainda uma posição pública acerca da autonomização do crime de MFG, partilhada nos meios de comunicação disponíveis bem como com membros da comunidade.

A UMAR reuniu com a Delegação de Deputadas do Gabinete da Mulher Parlamentar da Assembleia da República de Moçambique (4 Deputadas e 1 Funcionária), no dia 4 de julho de

2014. Nessa reunião debateu-se a problemática da violência de género contra as mulheres e um dos temas focados foi a MGF, tendo ainda sido facultados vários materiais informativos - em papel e em suporte digital - sobre o tema.

A AJPAS participou (com as associações Corações Com Coroa, P&D Factor e Oikos) na Campanha "Continuamos à Espera" - uma campanha de Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global, centrada nas temáticas da Saúde Sexual e Reprodutiva, Justiça Social, Igualdade de Género e Oportunidades e baseada nos Direitos Humanos. A campanha teve como objetivo sensibilizar e apelar à participação e compromisso na construção do pós-2014/2015 em termos de cidadania global (MGF é um dos temas da campanha) e foi desenvolvida ao longo de 2014, com impacto nacional e internacional e integrou: a) 3 *spots* (o mais longo (2:34) teve, durante o ano, mais de 127.000 visualizações; foi produzida uma versão para a TV, que passou em vários programas mas também diariamente entre os dias 1 e 11 de julho; b) Postais - 4 postais; c) Página de *Facebook*, com atualização diária e cerca de 11.800 seguidores/as.

Na 27ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, realizada em Genebra no dia 26 de setembro de 2014, Portugal copatrocinou várias resoluções, nomeadamente a Resolução, da iniciativa do Grupo Africano, sobre "Intensificação dos Esforços e Partilha de Boas Práticas para Eliminar Eficazmente a Mutilação Genital Feminina".

- **Medida 38 - Promover a inclusão, em acordos de cooperação bilaterais e multilaterais, de mecanismos que promovam e privilegiem a entrada de meninas no sistema de ensino, numa perspectiva de continuidade, até completarem o ensino obrigatório.**

O Camões ICL destaca a assinatura do Plano Estratégico de Cooperação Portugal - Timor-Leste 2014-2017, em 24 de julho de 2014.

- **Medida 39 - Divulgar a informação relativa ao estatuto de asilo ou refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.**

O manual referido na Medida 4, a ser traduzido e adaptado para português, "*MGF - Guide à l'usage des professions concernées*", da autoria da *GAMS Belgique (Groupe pour l'abolition des*

mutilations sexuelles), facultará informação relativa ao estatuto de asilo ou refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.

A APF procedeu à divulgação do curso e-learning www.uefgm.eu, como ferramenta essencial na transmissão de conhecimento acerca da MGF junto de profissionais de saúde e de asilo. Esta iniciativa cumpre igualmente a medida 21.

- **Medida 40 - Apoiar os decisores técnicos e políticos na preparação de documentos que versem a temática da MGF.**

Em fevereiro de 2014, o Camões ICL, apoiou a elaboração da intervenção do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, no seminário “A MGF e outras práticas tradicionais nefastas na Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015”, referido na medida 1.

A UMAR preparou contributos e participou na Audição Conjunta sobre “A Convenção de Istambul – Políticas Públicas” promovida pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - Subcomissão de Igualdade, no dia 6 de junho de 2014.

- **Medida 41 - Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação que incluam as temáticas dos DH, Direitos das Crianças, saúde materno-infantil, direitos sexuais e reprodutivos e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA, tendo em vista o abandono de todas as práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.**

O Camões ICL reportou o Financiamento do Projeto “Informação, Educação e Comunicação para o Abandono da MGF” a desenvolver na Guiné-Bissau (Regiões de Tombali, Gabú e Oio) por ONG locais, com o apoio do FNUAP (PT 50 000€; FNUAP 10 000€). Este projeto decorreu entre os dias 6 de março a 31 de outubro de 2014, tendo-se destacado as seguintes concretizações:

- a) Formaram-se 12 animadores/as comunitários/as em técnicas de animação;
- b) Capacitaram-se 40 jornalistas sobre formas e conteúdos das mensagens sobre MGF destinadas às comunidades;
- c) Realizou-se um seminário de formação com todos os dirigentes comunitários, líderes religiosos, ex-fanatecas e mulheres líderes de opinião da Região de Gabú;

- d) Realizaram-se palestras nos liceus sobre DH das meninas e mulheres e as práticas nefastas, designadamente MGF junto de professores/as e alunos/as num total de 1.100 pessoas;
- e) Iniciaram-se campanhas sobre as consequências negativas da MGF com a produção de materiais – camisolas, CD, folhetos, canções;
- f) Iniciou-se o processo de identificação da Embaixadora Nacional para o abandono da MGF.
- **Medida 42 - Implementar um projeto de cooperação com a Guiné-Bissau para combate à MGF.**

Esta medida não teve execução em 2014.

IV - Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa

Segundo os dados disponíveis, verifica-se que durante o ano de 2014, foram executadas 33⁵ das 36 medidas previstas no III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017 (calendarizadas especificamente para 2014 ou para "*Durante toda a vigência do Plano*"), o que corresponde a **uma taxa de execução de 91,7%**.

Do total das 3 medidas para as quais não foi reportada ainda atividade, apenas 1 (medida 33) se encontra calendarizada especificamente no PAPEMGF para o ano de 2014, pelo que, sem falha de rigor, se poderá considerar, em 2014, uma execução de 97,2%.

Taxa de execução do Programa no ano de 2014

Áreas Estratégicas	N.º total de medidas	Nº de medidas previstas para 2014 ou " <i>Durante toda a Vigência do Plano</i> "	N.º de medidas executadas em 2014	Percentagem de medidas executadas em 2014
1 - Prevenir	15	12	12	100%
2 - Integrar	5	4	4	100%
3 - Formar	11	10	9	90%
4 - Conhecer	5	4	3	75%
5 - Cooperação	6	6	5	83,3%
TOTAL	42	36	33	91,7%

⁵ Não foram contabilizadas as medidas 6 e 34 que tiveram execução em 2014, por estarem calendarizadas apenas para 2015.

SIGLAS utilizadas

ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde
ACM - Alto Comissariado para as Migrações
ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AEGBL - Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa
AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde
AMRT – Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude
APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
APF - Associação para o Planeamento da Família
ARS - Administração Regional de Saúde
Camões ICL – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
CEJ – Centro de Estudos Judiciários
CENJOR - Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
CESNOVA - Centro de estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa
CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CLAI – Centro Local de Apoio ao Imigrante
CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
CNPCJR - Comissão Nacional da Proteção das Crianças e Jovens em Risco
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPR - Conselho Nacional para os Refugiados
CSM - Conselho Superior da Magistratura
CSW - Commission on the Status of Women
DGE - Direção Geral de Educação
DGPJ – Direção-Geral de Política de Justiça
DGS - Direção Geral da Saúde
EIGE - European Institute for Gender Equality
EPJ - Escola da Polícia Judiciária
ESEL – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
ESS/IPS – Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal
FCSH/UNL - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

FBAUL – Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa
FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População
GAMS - Groupe pour l'abolition des mutilations sexuelles
GATAI - Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP
GAV – Gabinete de Apoio à Vítima
ISI – Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género
MAI - Ministério da Administração Interna
MGF - Mutilação Genital Feminina
OIM - Organização Internacional para as Migrações
ONG - Organização Não-governamental
ONGD - Organização Não-governamental para o Desenvolvimento
OPC – Órgãos de Polícia Criminal
PAAI - Plano de Apoio ao Associativismo Imigrante
PAPEMGF – Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina
PDS - Plataforma de Dados de Saúde
PEI - Promoção do Empreendedorismo Imigrante
PGR - Procuradoria-Geral da República
POPH - Programa Operacional Potencial Humano
RIIIM - Rede de Intervenção Integrada, Intersectorial e Multidisciplinar no combate à violência doméstica e ao tráfico de seres humanos
SEAPI – Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SNS - Serviço Nacional de Saúde
UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade
UMAR - União das Mulheres Alternativa e Resposta
UNICEF - United Nations Children's Fund